

Design de território: fortalecendo a identidade cultural de comunidade quilombola

Actas de Diseño (2026, abril),
Vol. 53, pp. 184-188. ISSN 1850-2032.
Fecha de recepción: julio 2022
Fecha de aceptación: octubre 2025
Versión final: abril 2026

Cyntia Santos Malaguti de Sousa, Tomás Queiroz
Ferreira Barata, Carolina Labarca Puelles e
Renata de Oliveira Cruz Carlassara (*)

Resumo: O trabalho aborda uma experiência didática realizada durante a disciplina “Design, Cultura e Materialidade”, ministrada remotamente a alunos da graduação em design da FAUUSP, Brasil. Para impulsionar reflexões sobre o impacto e potenciais contribuições do design no fortalecimento de identidades e cultura material de comunidades frágeis, ofereceu-se aos alunos uma oportunidade de intervir numa situação real. Experiências anteriores com artesãos da cidade litorânea de Ubatuba, estado de São Paulo, propiciaram o contato com a comunidade de remanescentes quilombolas do Sertão de Itamambuca. O enfoque envolveu: fundamentos teóricos, aspectos metodológicos, interação com a comunidade, desenvolvimento de projetos, sua apresentação e avaliação.

Palavras chaves: Design de território – cultura material – identidade – remanescentes quilombolas – ensino de design.

[Resúmenes en inglés y español en la página 188]

Introdução

A disciplina “Design, Cultura e Materialidade”, de duração semestral, caráter optativo e voltada a alunos do curso de graduação em design da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), Brasil, procura trabalhar conceitos históricos da cultura material e suas formas de expressão, abordar a dinâmica da produção e consumo da cultura material na contemporaneidade e suas relações com a identidade e a diversidade cultural, discutir a participação do design na produção da cultura material no contexto brasileiro, destacando o emprego de materiais, técnicas e linguagens, além de apresentar procedimentos de pesquisa e de projeto em design relacionados. Os objetivos da abordagem didático-pedagógica proposta incluem: propiciar a compreensão da atividade projetual a partir da perspectiva antropológica; estimular uma reflexão crítica sobre a participação do designer na produção e na dinâmica cultural na sociedade contemporânea; e exercitar a análise de práticas associadas à produção e consumo de artefatos a partir de métodos de pesquisa. No primeiro semestre de 2020, em virtude das limitações impostas pela pandemia da COVID-19, ela foi ministrada remotamente. Entretanto, com o intuito de impulsionar reflexões sobre potenciais contribuições do design no fortalecimento de comunidades vulneráveis, tomando como referência a abordagem da disciplina, procurou-se oferecer aos alunos uma oportunidade de intervir numa situação real. Experiências anteriores com artesãos da cidade litorânea de Ubatuba, importante polo turístico do estado de São Paulo, propiciaram o contato com a comunidade remanescente quilombola do Sertão de Itamambuca, em processo de reconhecimento e titulação de seu território, enfrentando a grande especulação imobiliária na região. O enfoque envolveu:

fundamentos teóricos, aspectos metodológicos, interação com a comunidade, desenvolvimento de projetos, sua apresentação e avaliação, por parte dos próprios alunos, professores, lideranças comunitárias e agentes culturais. A partir de demandas identificadas junto à comunidade, os resultados alcançados nos projetos foram: revisão da identidade visual para aplicações em redes sociais e eventos de divulgação; stands desmontáveis para exposição de produtos em feiras de artesanato e eventos locais; sinalização para trilhas de turismo de base comunitária; e guia de plantas locais.

Fundamentos teóricos

Alguns conceitos básicos deram suporte à abordagem pedagógica proposta. Inicialmente, a noção de cultura de Geertz (1981), que a entende como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis, um contexto dentro do qual acontecimentos sociais, comportamentos, instituições e processos de grupos sociais podem ser descritos de forma inteligível, a partir do contato com informantes, da transcrição de textos, do levantamento de genealogias, do mapeamento de campo etc. Entre esses signos, tanto os elementos imateriais - tais como hábitos, valores e crenças - como os materiais - os diferentes artefatos utilizados nas mais diversas atividades cotidianas, em rituais, festas, na arquitetura e organização de espaços, na composição de ambientes e até em adornos pessoais, (suas formas, decorações, matérias-primas, procedimentos e técnicas construtivas) são evidências importantes na investigação e interpretação de uma cultura, e constituem aspectos identitários. Cardoso (1998) ressalta ainda que “toda sociedade projetada (investe) na sua cultura material os seus anseios ideológicos e/ou espirituais e, se aceitarmos essa

premissa, logo é possível conhecer uma cultura - pelo menos em parte - através do legado de objetos que ela produz ou produziu” (p.37). O olhar sobre elementos da cultura material seria um dos pontos fundamentais de partida, na atividade proposta pela disciplina.

Outro conceito importante foi o de design de território, entendido como aquele que é utilizado “como ferramenta estratégica para valorização de produtos locais, por promover o reconhecimento e a preservação de identidades e culturas regionais” (Kruken, 2009, p.2). Esses produtos constituem parte da cultura material do território e comunidade que os produziram. Assim, compreender suas qualidades e significados, e compartilhá-los com outros segmentos da sociedade (como por exemplo, turistas que visitam esses locais), com muita sensibilidade e responsabilidade, contribui para promover a visibilidade dessas comunidades, assim como o desenvolvimento de condições para que esta promoção se converta em benefício real e durável para elas. A atividade proposta deveria se basear neste conceito.

Finalmente, a terceira noção que norteou a condução da disciplina neste experimento didático foi a de inovação social, entendida como uma mudança no modo como uma comunidade age para resolver seus problemas ou criar oportunidades, envolvendo mais aspectos comportamentais do que tecnológicos, e emergindo de processos organizacionais “de baixo para cima” (Manzini, 2008). A interação com a comunidade deveria ocorrer com as lideranças e representantes do local, ao longo de todo o processo, ressaltando seu protagonismo, tanto na problematização quanto nos processos decisórios, de modo tal que as soluções pudessem refletir seus anseios, necessidades, competências e assim, serem apropriadas efetivamente, fortalecendo seus processos organizacionais.

As noções de design empático e design participativo também permearam o andamento dos projetos, por parte dos alunos, ainda que, algumas vezes, de forma empírica.

Procedimentos metodológicos

Do ponto de vista metodológico, em função das limitações de convívio social e deslocamentos impostas pela pandemia da COVID-19, a interação com a comunidade precisou ser realizada de forma remota, com uso de ferramentas de reunião virtual como “google-meet” - para as diferentes fases de apresentação do andamento das pesquisas e dos projetos e avaliação, por parte da comunidade -, e da criação de grupos de conversa em aplicativos de celular como o whatsapp, entre os professores e as representantes da comunidade quilombola - para definição conjunta de diretrizes estratégicas -, assim como entre os grupos de alunos e lideranças afetas a cada temática de projeto - para levantamento de informações e prioridades, consultas sobre alternativas e processos decisórios, além de atividades criativas conjuntas.

Os métodos de pesquisa em cultura material, em especial o de Fleming (1974), - que segue as operações de identificação de cada artefato, avaliação, análise cultural

e interpretação, às quais se associam a comparação com outros artefatos, a seleção de aspectos da cultura do artefato e a identificação dos valores daquela cultura - deram suporte à busca e análise dos elementos mais representativos da cultura da comunidade quilombola com a qual se estava interagindo. Nesta etapa foi ainda empregado o manual de aplicação de inventários participativos do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2016), voltado a estimular que as próprias comunidades busquem identificar e valorizar suas referências culturais.

As “sondas culturais” (Gaver et al. 1999), configuradas de modo digital, para diferentes segmentos da comunidade (por faixa etária, atividade principal), também foram de grande utilidade para estimular o registro e envio, aos grupos dos alunos, de referências da identidade natural e cultural do território, seja na forma de desenhos, fotos, áudios ou pequenos vídeos.

Ubatuba e o território quilombola do Sertão de Itamambuca

Durante o domínio português, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, o Brasil foi objeto de intenso tráfico de mão-de-obra escrava, proveniente da África, utilizada para trabalhar sobretudo nas plantações de cana-de-açúcar e café, assim como na mineração. Fugindo das terríveis condições de trabalho, muitos desses escravos fugiram, se refugiando em locais de difícil acesso e constituindo aldeias que ficaram conhecidas como quilombos, muitos dos quais se mantiveram habitados e eventualmente isolados, até os dias de hoje. Nesses locais, os quilombolas vivem de atividades agrícolas de subsistência e da produção artesanal, mantendo também aspectos culturais peculiares, que mesclam suas raízes africanas com referências das atividades realizadas no tempo da escravidão.

Com a constituição de 1988, as comunidades vivas de afro-brasileiros que vivem em sítios conhecidos e não conhecidos dos antigos quilombos, passaram a ser designadas oficialmente como “remanescentes de comunidades de quilombos”, e definidas como, de acordo com o Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003:

“Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Brasil, 2003).

O município de Ubatuba é um dos principais destinos turísticos do litoral norte do estado de São Paulo. Tem mais de 100 km de extensão, 83 por cento dos quais localizados no Parque Estadual da Serra do Mar. Atualmente, a cidade possui 748 mil metros quadrados de área total, 102 praias, mais de 20 ilhas e possui em seu território áreas de Mata Atlântica intocada. Suas praias oferecem condições para as práticas de surf, mergulho, pesca, vela e para todos os tipos de esportes aquáticos.

A população das comunidades tradicionais está dividida em 03 aldeias indígenas, 04 comunidades remanescentes quilombolas e diversas comunidades caiçaras.

Através de contatos anteriores dos professores do curso de design da FAUUSP com os artesãos e lideranças culturais de Ubatuba, foi estabelecida uma conexão com a comunidade remanescente quilombola do Sertão de Itamambuca, que vem construindo sua identidade a partir da recuperação do passado escravo e da memória coletiva. Esta comunidade ainda é marcada por se encontrar nos limites do Parque Estadual da Serra do Mar – PESH, unidade de conservação da Mata Atlântica criada em 1977 e ampliada em 2010 (Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, 2022). Trata-se da maior Unidade de Conservação de toda a Mata Atlântica, com 332 mil hectares de extensão que abrangem 25 municípios paulistas, sendo dotada de uma legislação ambiental específica, restringindo a presença humana e proibindo o manejo de espécies, extrativismo e atividades de cultivo em áreas não previstas no Plano de Manejo. Assim, pelo fato dessa comunidade ser uma população rural que sobrevive da terra, entende-se sua luta política pelo território, promovendo sua mobilização e coesão por sua titulação (Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2021). Como resultado dessa luta, conseguiu o reconhecimento da Fundação Palmares (2006), e ainda um relatório emitido pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP, 1998), que a caracteriza como remanescente de comunidade quilombola.

Este contexto apontava um potencial para o desenvolvimento de projetos em conjunto com os estudantes de design, no contexto da disciplina em foco, que pudessem auxiliar no fortalecimento e divulgação de elementos identitários daquela comunidade, vinculados a sua cultura material, o que se confirmou no contato com as lideranças locais.

As soluções de valorização do território propostas

A interação dos alunos com estes moradores deu-se primeiramente em ouvir suas demandas. Com o intuito de cobrir o território e demonstrar conhecimento na região, fortalecendo a conquista de suas terras, estabeleceu-se a necessidade de aprimorar a identidade visual da comunidade, criando-se campanhas de divulgação para suas redes sociais, eventos organizados por eles, e o turismo de base comunitária. Durante o processo de pesquisa e projeto, diversos mecanismos de interação virtual com a comunidade foram criados pelos próprios alunos, além das já mencionadas sondas culturais, oficinas de design para estimular a criatividade e olhar crítico da comunidade sobre o assunto. Ao final da disciplina, quatro foram os projetos desenvolvidos:

1. Modernização da identidade visual do quilombo, que procurou articular na solução proposta, a cultura, a história, a culinária (sabores e ingredientes) e as texturas do artesanato local. Além disso procurou-se engajar mais os jovens, construindo uma presença digital mais forte. Foram mantidos os aspectos fortes da identidade visual

existente - as cores verde (simbolizando a mata) e amarelo (representando o sol e a resistência) e o pilão (elemento figurativo que remonta às origens do trabalho escravo nas plantações e à produção artesanal do café).

2. Quiosque desmontável e móvel para exposição e venda do artesanato local em feiras e eventos, com estrutura em bambu, corda, madeira e elementos de união em PVC, de modo que pudesse ser confeccionado pela própria comunidade, com pouco recursos e materiais disponíveis na região. A cobertura, em tecido impermeável, procurou a referência das estampas em chita, para desenvolver uma padronagem com elementos da vegetação, mantendo as cores da paleta definida pelo grupo da identidade visual. Foi projetado também um carrinho para acondicionamento de todas as peças, cujo cesto seria confeccionado em palha, com trançado característico do artesanato daquele quilombo.

3. Catálogo vivo de plantas do Quilombo, concebido como material de apoio para documentação, catalogação e identificação da flora local, visando ajudar a preservar e impulsionar os saberes da comunidade, dar suporte a várias atividades existentes ou potenciais como o turismo de base comunitária, a agricultura, a culinária, o artesanato e ainda a pesquisa. O catálogo propunha um modelo de ficha com 15 campos de preenchimento, começando pelo nome popular da planta, nome científico, bioma, época de plantio etc.

4. Sistema de sinalização para as trilhas do quilombo, contendo, assim como o projeto do quiosque, um guia para a sua confecção, pela própria comunidade. O material de base das estruturas (um sistema modular possibilitando diferentes configurações e tamanhos) também foi o bambu, abundante na região e com técnica de processamento básico conhecida da população local; para suporte das informações foi sugerida uma lona de algodão, dotada de ilhoses e presa na estrutura por cordas. O projeto também forneceu critérios para confecção e posicionamento dos textos, pictogramas e imagens, por parte dos quilombolas, mantendo a paleta cromática e tipografia da identidade visual proposta.

Considerações finais

A experiência pedagógica aqui relatada foi um processo de aprendizagem coletiva, envolvendo professores, monitores, alunos, líderes e comunidade local. As limitações de convívio social criaram também uma oportunidade de experimentação de novas ferramentas, que muito contribuíram, não apenas para construir pontes de comunicação entre todos os envolvidos, mas também para documentar as diferentes etapas do projeto e visões de cada participante. A possibilidade de atuação em uma situação real, onde havia uma potencial necessidade identificada, trouxe para os alunos, um sentido vivo de seu papel social, que fortaleceu sua responsabilidade e compromisso com o bom andamento e resultado final dos projetos, assim como o exercício de um diálogo respeitoso e empático com seus clientes. O direcionamento

para um território e comunidade específicos, e para projetos diferenciados para cada grupo de alunos, nesse contexto de compromisso real, despertou na turma a forte percepção da importância e busca por elementos identitários comuns em todos os projetos, gerando uma unidade que, ao mesmo tempo em que integrou todas as propostas, ressaltou elementos chave da cultura material da Comunidade Quilombola do Sertão de Itamambuca, atingindo os objetivos centrais da disciplina.

Referências bibliográficas

- Brasil. (2000). Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, p.1, 19 jul. 2000. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm
- Brasil. (2003). Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, p.4, 21 nov. 2003. D4887 (planalto.gov.br).
- Brasil. (2007). Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, p. 316, 8 fev. 2007. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm.
- Brasil. (2012). Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, p.1, 28 mai. 2012. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm#art78
- Comissão Pró-Índio de São Paulo (2021). Terra Quilombola Sertão do Itamambuca. *Observatório Terras Quilombolas*. <https://cpisp.org.br/sertao-do-itamambuca/>
- Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS) (Org.). (2014). *Cartilha: Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais*. Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/producao-academica/categoria/cartilhas/>
- Corrêa, M. L. (2016). *Quilombo Camburi*. Belo Horizonte: FAFICH.
- Denis, R. C. (1998). *Design, cultura material e o fetichismo dos objetos*. Arcos, v.1, n.único, pp. 14-39.
- Diegues, A.C. (2005). A cultura caiçara e a urbanização. In: Diegues, A. (org), *Enciclopédia Caiçara*, vol. I. São Paulo: Hucitec; NUPAUB.
- Diegues, A. C. (2005). História e Memória Caiçara. In: Diegues, A. (org), *Enciclopédia Caiçara*, vol. IV. São Paulo: Hucitec; NUPAUB.
- Embrapa. (2022). *Área de Preservação Permanente (APP)*. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. <https://www.embrapa.br/codigoflorestal/entenda-o-codigo-florestal/area-de-preservacao-permanente>.
- Fleming, E. M. (1974). *Artifact study - a proposed model*. Winterthur Portfolio, v. 9., pp. 153-173.
- Fórum de Comunidades Tradicionais (2014). *Preservar e resistir - em defesa dos territórios tradicionais*. <https://www.preservareresistir.org>.
- Fundação Cultural Palmares. (2006). Portaria Nº 2, de 17 de janeiro de 2006. Registro e Certificado de Remanescente dos Quilombos à Comunidade de Sertão do Itamambuca, Município de Ubatuba, Estado de São Paulo, Livro 005, Registro 464, folha 72. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 15, p.17, 20 jan. 2006.
- Gaver, W., Dunne, T. and Pacenti, E. (1999) *Cultural probes*. *Interactions* v.6, n.1, pp. 21-29.
- Geertz, C. (1981). *A interpretação das culturas*. São Paulo: LTC.
- IBGE. (2017). *Ubatuba: panorama*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ubatuba/panorama>.
- ICMBio. (2022). *Povos e Comunidades Tradicionais*. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente. <https://www.icmbio.gov.br/portal/centrosdepesquisa/povos-e-comunidades-tradicionais>.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil) (2016). *Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação*. texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. Brasília-DF: IPHAN.
- ITESP (1998). Relatório Técnico-Científico sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo do Sertão de Itamambuca (Cazanga). Instituto de Terras do Estado de São Paulo. http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoer/rtc/RTC_Sertao_de_Itamambuca.pdf.
- Krucken, L. (2009). *Design e território: uma abordagem integrada para valorizar identidades e produtos*. In: ISSD 2nd. International Symposium on Sustainable Design. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi.
- Manzini, E. (2008). *Design para inovação social e sustentabilidade: comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais*. Rio de Janeiro: E-papers.
- Prefeitura Municipal de Ubatuba. (2022). *Fórum dos Saberes Artesanais Ubatuba*. Secretaria de Cultura e Economia Criativa. Governo do Estado de São Paulo. <https://saberesartesanais.com.br/>
- Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. (2022). *Parque Estadual da Serra do Mar (PESM)*. Fundação Florestal, Governo do Estado de São Paulo. <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/pesm/>
- Ubatuba. (2012). *Lei nº 3558, de 14 de junho de 2012*. Dispõe sobre regularização urbanística e fundiária no município de Ubatuba e dá outras providências. Assessoria de Expediente do Gabinete, Prefeitura Municipal de Ubatuba, SP. LEI-3558-2012-UBATUBA-SP.pdf (leismunicipais.com.br)

Resumen: El trabajo aborda una experiencia didáctica llevada a cabo durante la asignatura “Diseño, Cultura y Materialidad”, impartida de forma virtual a estudiantes de la licenciatura en diseño de la FAUUSP, Brasil. Con el fin de fomentar la reflexión sobre el impacto y las posibles contribuciones del diseño en el fortalecimiento de las identidades y la cultura material de comunidades vulnerables, se ofreció a los estudiantes la oportunidad de intervenir en una situación real. Experiencias previas con artesanos de la ciudad costera de Ubatuba, en el estado de São Paulo, propiciaron el contacto con la comunidad de descendientes de quilombolas del Sertão de Itamambuca. El enfoque incluyó: fundamentos teóricos, aspectos metodológicos, interacción con la comunidad, desarrollo de proyectos, su presentación y evaluación.

Palabras clave: Diseño del territorio – cultura material – identidad – descendientes de quilombolas – enseñanza del diseño.

Abstract: This paper discusses a teaching experience conducted during the course “Design, Culture, and Materiality,” taught remotely to undergraduate design students at FAUUSP, Brazil. To encourage reflection on the impact and potential contributions of design in strengthening the identities and material culture of vulnerable communities, students were offered the opportunity to intervene in a real-world situation. Previous experiences with artisans in the coastal city of Ubatuba, in the state of São Paulo, facilitated contact with the community of Quilombola descendants in the Sertão de Itamambuca. The approach involved: theoretical foundations, methodological aspects, interaction with the community, project development, presentation, and evaluation.

Keywords: Territorial design – material culture – identity – Quilombola descendants – design education.

(*) **Cyntia Santos Malaguti de Sousa:** Graduada em Design pela Escola Superior de Desenho Industrial – UERJ (1980) e doutora em arquitetura e urbanismo pela FAUUSP (2000), é professora-pesquisadora do curso de design e do programa de pós-graduação em design da FAUUSP. Especialista em Gestão do Design e Design para Sustentabilidade, desenvolve pesquisas que abrangem temas como logística reversa, cultura material, matérias-primas para design, estudos de futuro e inovação. **Tomás Queiroz Ferreira Barata:** Professor do Departamento de Tecnologia da Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAUUSP e professor credenciado nos Programas de Pós-Graduação em Design da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, FAU/USP e da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. FAAC/UNESP, campus de Bauru. Doutor em Engenharia Civil, área de concentração em arquitetura

e construção pela Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas (2008), mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em tecnologia do ambiente construído pela Universidade de São Paulo (2001), graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1993), campus USP, São Carlos. Tem experiência na elaboração de projetos de arquitetura e design de produtos sustentáveis, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento de projeto e produção de mobiliários, equipamentos urbanos, componentes e sistemas construtivos pré-fabricados em madeira e materiais de fontes renováveis. **Carolina Labarca Puelles:** Mestranda no Programa “Cultura e Identidades Brasileiras”, do Instituto de Estudos Brasileiros, USP. Finalizou recentemente a Pós-graduação Internacional em Políticas Culturais de Base Comunitária, na FLACSO-Argentina. Possui graduação em Artes Plásticas pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2002). Técnica em Artes Gráficas, pela Escola SENAI “Theobaldo De Nigris”. Produtora cultural e ativista, é criadora do Fórum de Saberes Artesanais de Ubatuba, já na 4ª edição, contemplado com diversos prêmios e editais de fomento à cultura como Funarte e ProAc para realizá-los. Coordenou alguns projetos culturais em Ubatuba como Festival Saber Criativo, No Mapa da Mata, Inverno com Arte, entre outros, também contemplados com alguns editais de fomento à cultura. Tem experiência na área de Artes, Audiovisual (realiza minidocumentários e podcasts) e Gestão Cultural com ênfase em Multidisciplinaridade. Possui uma empresa de produtos autorais exclusivos, onde comercializa seus produtos artesanais (Mangata Artes). **Renata de Oliveira Cruz Carllassara:** Mestranda em Design de Produto, com foco em Design Brasileiro, Identidade e Território, pelo Programa de Pós-Graduação da FAAC/UNESP. Graduada em Design de Produto pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (2018). Pesquisadora no Grupo de Pesquisa em Design, Tecnologia e Sustentabilidade (CNPq/UNESP) e no Grupo de Pesquisa em Design Contemporâneo: sistemas, objetos, cultura (CNPq/UNESP). Tem experiência em história do Design, Desenho de Produto, e Branding. Cursou Decoração Prática pelo SENAC - 2018.